



ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE
LONDRINA DE 2024

(26/06/2024)

Aos vinte e seis dias dos mês de junho de dois mil e vinte e quatro, às treze horas e trinta minutos, no auditório do SAMU de Londrina, atendendo a convocação feita por meio do Ofício Circular nº 007/2024/GAB/CMS, após a constatação do quorum mínimo necessário, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Saúde de Londrina para a 1ª Reunião Extraordinária de 2024, tendo como pauta única: 1. Esclarecimento sobre Remanejamento de Recursos da Saúde. A presidente Rosilene Machado (SMS) abre a reunião relatando que a Comissão Executiva fez uma reunião na última segunda-feira com o secretário de Saúde, com mais alguns membros do CMS, foi feito uma ata simplificada e a proposta da mesa seria ler a ata, ou então já ir direto para a apresentação do secretário Felipe. Após votação, o CMS aprova que seja feita a leitura da ata supracitada : Memória da reunião com Secretário de Saúde sobre o projeto de Lei que trata do remanejamento de recursos da saúde. Aos vinte e quatro dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, às nove horas, na Sala de Reunião da Sede da Secretaria Municipal de Saúde - SMS, foi realizada reunião com a Executiva do conselho e alguns de seus membros conselheiros, conforme anexa lista de presença anexa. Pauta única sobre o Projeto de Lei que está na Câmara onde tem a previsão de remanejamento de recursos da área da saúde o valor de um milhão e trezentos mil. Todos que estavam presentes puderam se manifestar, e em resumo as preocupações levantadas foram: as reposições com a aposentadoria dos servidores do NAST (saúde do trabalhador), reposições de servidores da saúde em geral, aumento da demanda na atenção básica com o crescimento da cidade, risco de desassistência com a saída dos médicos já que o recurso trata da contratação de horas médicas, não ter havido comunicação com a comissão de finanças do conselho ou pautado o próprio Conselho sobre o assunto, as questões de epidemias por exemplo da dengue que poderá ter novamente e se teremos recurso para contratação. Entre outros aspectos, o porquê em sete anos não resolveram o problema da GM? Por que não melhorar o plano de cargos e carreiras da saúde? Os incentivos das equipes E Multi da Atenção básica? E a preocupação trazida principalmente nesse ano sobre os aspectos da reforma tributária que é discutida na Assembléia Federal, com a conotação de que o recurso mínimo em Lei é suficiente, e o próximo governo municipal também entender dessa forma, e o legislativo. Após todas as exposições dos conselheiros presentes, o Secretário de Saúde explicou sobre a previsão orçamentária e que estão fazendo um remanejamento de recursos livres, entrando profissionais médicos concursados e que esse valor previsto das horas médicas não serão mais utilizadas, ou seja está havendo somente um

remanejamento de orçamento de forma legal. Que a Peça orçamentária serve para ajustes administrativos, o Secretário como exemplo citou o ano de 2022 onde a prefeitura colocou 47 milhões como aporte e que não será tirado toda previsão do contrato, se necessário será dado aporte para situações como a preocupação de Dengue, garantiu que não trará prejuízo na assistência, não deixará de fazer o que estava programado que é a contratação de médicos (pelo concurso ou por horas). Os membros reforçaram sobre a não comunicação com o Conselho de Saúde, e que ficaram desconfortáveis e surpresos com a notícia. Assim esclarecidos de como será o remanejamento agradecemos a presença do Secretário e foi dado o seguinte encaminhamento: Reunião extraordinária dia 26 de junho, às 13h30 no auditório do SAMU, como pauta única o esclarecimento sobre o projeto de Lei. E como proposta a ser apresentada ao Pleno do Conselho, criar uma comissão ou deliberar que a comissão de finanças acompanhe a execução do orçamento de 2025 e que a comissão de instrumentos de gestão acompanhe também a execução da PAS 2024. O secretário de saúde Felipe Machado inicia dizendo que se reuniu na segunda com alguns conselheiros para conversar sobre a preocupação dos conselheiros em relação a um projeto de lei do executivo que altera algumas carreiras do funcionalismo público, e, dentre as ações desse projeto de lei, uma delas era para alterar a LOA do ano de 2023 para que esse projeto pudesse ser suportado, e para isso está sendo feito um remanejamento de 1,3 milhão de orçamento da saúde que está sendo devolvido a fonte livre da prefeitura. Isso só está sendo feito porque, quando se desenhou a LOA para a execução de 2024, foram previstos aproximadamente 57 milhões na contratação de contratos temporários ou complementares, em especial de médicos, seja das UPA's, seja do PAI, seja dos pontos de atendimento e também da atenção básica, e a primeira forma de contratação do município de Londrina é através de concurso público, sendo que há algum tempo eles não haviam sido realizados, muito em função da pandemia, que impossibilitou a realização de concursos por cerca de dois anos. Foi feito um concurso em 2022 e outro esse ano, de todas as categorias, e já começaram as convocações, foi feita a convocação de 11 médicos de urgência e emergência, plantonistas, com um valor até o final do ano de 1,4 milhão de reais, então, inicialmente, a despesa que seria suportada através dos contratos de prestação de serviço, assumiu essa despesa com os servidores com outras fontes de recursos, de modo que foi liberado essa previsão de 1,3 milhão para que a administração pudesse fazer o remanejamento. Felipe relata que falou isso na CML ontem, com toda tranquilidade e sinceridade, que o impacto em relação ao atendimento à população por conta desse remanejamento orçamentário é zero, a SMS não vai deixar de atender nenhum paciente, não vai tirar nenhum médico do posto de saúde, não vai diminuir nenhum médico nas escalas da UPA, nem deixar de realizar nenhuma ação anteriormente planejada e programada para 2024 em função desse remanejamento, bem como estará preparada para eventualidades que possam surgir e que demandem a ampliação do orçamento. E por isso que cita a questão de 2022, onde foi desenhado um orçamento e se mostrou necessário um aporte de 47 milhões por parte da PML para comportar todas despesas daquele ano, então não é nada mais do que um ajuste orçamentário e que não trará nenhum prejuízo ao atendimento à saúde. Essa é toda a parte teórica e prática desse projeto de lei, e também é uma análise que cabem várias situações opinativas de toda a sociedade, se concorda ou não, e cabe a gestão explicar e tirar as dúvidas não só do conselho, mas dos vereadores e da sociedade como um todo. O projeto foi votado ontem em primeira discussão e amanhã ele retorna a pauta da CML para a segunda discussão e, se aprovado, vai para a sanção do prefeito. O conselheiro *Edvaldo Viana* questiona o que impediria a SMS de utilizar esse 1 milhão e trezentos mil que está sendo retirado da saúde para continuar contratando médicos questionamento, pois a fala do secretário deixa a impressão de que hoje não é necessário contratar

nenhum médico, que a pessoa pode ir em qualquer UBS que vai ter médico, que não falta medicamentos, não tem exames em atraso, que não tem ninguém esperando por uma cirurgia, ou seja, passa essa impressão que tudo está em dia, que esse remanejamento, que na sua concepção não é remanejamento e sim está sendo retirado, já que foi contratado 11 médicos, porque não usar esse dinheiro para contratar mais 11 profissionais. Outro ponto é que sabe que o secretário está acatando algo que veio do prefeito, mas porque não houve uma conversa com o conselho para que o mesmo pudesse fazer seus apontamentos, pois os conselheiros poderiam apresentar à SMS os problemas na fila de espera de exames, internações, fila de espera de remédios, provando em números que a saúde não é isso que vocês dizem, que ela está sim na UTI, e com a aprovação desse projeto de lei, porque tudo que vem do prefeito passa e é aprovado, ontem foi só uma perda de tempo terem ido até lá, e depois todos vão ver o resultado a partir do ano que vem, há mais três prontos atendimentos para pôr para funcionar, um CAPS para pôr para funcionar, e provavelmente não terá dinheiro será privatizado. O secretário *Felippe Machado* diz que não vai discutir o termo, que é se é remanejamento ou se é retirada, porque isso cai em uma questão de opinião e cada um tem a sua e respeita todas, mas dentro do orçamento público isso se chama remanejamento, pois está retirando recurso de uma fonte e colocando na outra caixinha. Em relação às outras situações, a saúde sempre vai ser a primeira demanda em qualquer sociedade, por mais organizada e evoluída que ela seja, mas desafia os conselheiros, em especial os mais antigos, que apontem uma administração que avançou tanto na saúde como a atual avançou nos últimos sete anos, claro que não está perfeita e precisa melhorar, nunca disse que não há o que fazer, mas coloca com toda tranquilidade que todos os itens citados de falta de medicamentos, cirurgias eletivas, consultas, não se dão por falta de recurso, e já falava isso há muitos e muitos anos, que nem tudo na saúde é recurso, por exemplo, hoje alguns medicamentos estão em falta exclusivamente pelos processos licitatórios fracassados, ou seja, a PML tem dinheiro, se organiza, mas alguém precisa vender para ela, e nem sempre as empresas querem vender, e, diferente do particular que a tem a agilidade de poder ir em três, quatro, cinco ou até seis farmácias no mesmo dia e achar o medicamento, a prefeitura não pode fazer isso, então nenhum medicamento que está faltando é por falta de dinheiro, nenhuma cirurgia que não está sendo realizada é por falta de dinheiro, a Ana Paula que é gestora da Santa Casa, hoje talvez o maior hospital filantrópico da cidade, sabe da dificuldade que eles têm lá em relação a fazer a gestão para operar cirurgias eletivas, a PML tem recurso, chamou todos os hospitais para conversar para que eles pudessem ofertar cirurgias eletivas, mas eles têm dificuldade, não porque querem, Londrina é referência para uma região de mais de um milhão de habitantes, as suas portas de entradas são referências para alta complexidade de toda uma região de saúde, conseqüentemente, os leitos estão ocupados com urgência e emergência, o que impossibilita rodar cirurgias eletivas, então a gestão tem recurso para investir em cirurgias eletivas, nenhuma outra administração investiu tanto recurso próprio da prefeitura em cirurgias eletivas. Todos os hospitais que puderam ser parceiros, já foram feitas ações no HZN e HZS em 2028 para operar pacientes com recurso da prefeitura, pois eles tinham condições e capacidade e se organizaram para vender esse serviço, no Hoftalon a prefeitura colocou recursos várias vezes e hoje já são quase 40 mil cirurgias de catarata realizadas, os mutirões de aparelho auditivo com recurso da prefeitura no ILES e onde foi zerada a fila, a entrega de cadeira de roda, órteses e próteses, portanto, a questão dos avanços na saúde não se dá exclusivamente pela falta de recurso, e uma engrenagem muito mais complexa do que isso, se dá sim por falta de recurso de investimento do governo federal, que não investe em saúde, o município investe 30%, quando assumiram o orçamento era de 300 milhões e hoje é de 1 bilhão, e claro que não atende tudo, se fosse 2 bilhões iriam gastar e investir, pois

saúde sempre vai ser a prioridade, mas muitas vezes se esbarra em situações mais burocráticas de gestão do que propriamente de recurso. Muitas vezes o Reilly fica com um paciente da ortopedia internado por 20 dias para fazer uma cirurgia, algo que tinha de ser feito no dia que o paciente internou, e claro que não isso que o Reilly quer, mas o sistema é complexo, às vezes falta um material e não tem fornecedor, às vezes não consegue anestesista, e não é por falta de dinheiro, muitas vezes o profissional mesmo não quer se submeter a todo esse regramento do SUS, então a dinâmica para a melhoria da saúde é evidente que passa pelo financiamento, mas é importante do CMS cobrar e se posicionar, porém, isso tem de extrapolar as paredes do conselho e chegar onde realmente precisa mandar o recurso, os municípios cada vez mais assumem a responsabilidade de financiar a saúde de um sistema que é tripartite, um sistema que tem que ser financiado pelo governo federal, estado e município, quando mais este coloca o recurso em média alta complexidade, que via de regra não é sua responsabilidade constitucional, mais o governo federal fica tranquilo em relação à sua responsabilidade de financiamento. Então, para finalizar a resposta, existem fragilidades, mas elas não se dão por falta de recurso, mas assume a culpa na questão de não ter envolvido o conselho, não que seja uma obrigatoriedade, mas evidente que o CMS tem um papel fundamental nessas discussões e nesses apontamentos, mas não foi por mal, já que foi uma coisa muito rápida, o projeto foi para a Câmara com uma justificativa de uma PEC dos precatórios assumir essa despesa, mas a Câmara não aceitou essa justificativa porque falou que era uma PEC que não havia sido aprovada, então não tinha garantia e não deixou o Executivo assumir a despesa sem que houvesse efetivamente um apontamento de orçamento, e por isso que foi feito esse remanejamento e essa justificativa colocando o orçamento de previsão da saúde, uma vez que a SMS preencheu essa necessidade, especificamente, ela empatou o jogo tirando o recurso de uma caixinha e remanejando para outra caixinha antecipadamente, os médicos foram contratados no mês de maio teoricamente, se a SMS seguisse a linha e não acontecesse nada, ia chegar lá no fim de dezembro e esses 1 milhão e 400 iriam sobrar dentro do orçamento da saúde, caso a SMS não fizesse nada eles iriam sobrar. A conselheira *Adriane Loper* questiona que quando foi feito o estudo do impacto orçamentário, falou-se que os 18 milhões e 525 mil em 2025 seriam permanentes das despesas do cancelamento de horas médicas, então não entendeu exatamente, já que o secretário falou que não iria faltar médico ou ter esse problema, mas lá no projeto está isso, então em 2025 serão disponibilizados 18 milhões 525 mil da saúde para o pagamento dos guardas, ou como se dá isso, pois não entendeu. O secretário *Felippe Machado* responde que o orçamento é composto de previsão de despesa e de receita, porque ele muda, as vezes o município não consegue arrecadar o que a previu e tem de cortar despesa, ou às vezes arrecada mais do que o previsto, então pode criar a despesa, essa equação ela tem que zerar ao final da conta. Quando o município mandar a LOA para 2025 tem que ir empatado, ele está prevendo que ele vai arrecadar 4 bilhões e ele está prevendo que ele vai gastar 4 bilhões dentro das caixinhas, então havia uma previsão de contratação de horas médicas para 2025 de X, deste X, Y é comportado com recursos vinculados, que são recursos muito mais flexíveis e variáveis, recursos de emenda, recursos do governo federal, e X destes recursos são suplementados com a fonte livre 303, o que a prefeitura fez para mandar o orçamento para a câmara foi empatar no 0 a 0 e conseguir justificar o aporte na alteração do plano de carga e carreira da guarda, para isso ela cancelou a despesa do orçamento orçamento que era uma despesa que não existe, fictícia, mas que havia sido projetada, e então ela colocou lá na guarda possibilitando ampliar a outra caixinha com recursos vinculados, e é isso que será feito, cancelar os 18 na caixinha do recurso livre para aumentar 18 na caixinha do recurso vinculado para a contratação e empatar, evidente que a SMS não vai deixar de atender a população, e só de recursos com a

complementaridade, sem contar folha de pagamento, são 157 milhões, então as horas médicas elas tem essa complementaridade e tem mais os médicos, e o planejamento, e não sabe como vai se desenhar isso para 2025, porque vai ter uma eleição, e fazer a contratação desses médicos através de concurso, que que é a principal forma de contratação, gradativamente deixando de usar as complementaridades de horas médicas, então vê um problema assistencial para o ano que vem. O conselheiro *Ângelo Barreiros* diz que considera boa a gestão do secretário Felipe a frente da SMS, porém, sabe que tem problemas e eles nunca vão ser sanados. No início do ano fez alguns questionamentos que até hoje não foram respondidos em relação aos atendimentos médicos de Londrina, inclusive pediu um relatório sobre as consultas, pois surpreendeu uma consulta com o neurologista demorar um ano e quatro meses a primeira consulta, por isso fez um questionamento de quantos profissionais estão habilitados para atender o município em algumas especialidades, está aguardando uma cirurgia do Hoftalon há algum tempo, felizmente foi atendido por cortesia senão estaria ainda na fila, mas as coisas acontecem assim. Nas UBS's de Londrina existe uma gaveta chamada gaveta de exames, quando o médico pede uma solicitação de um raio X, esse exame vai ficar na gaveta e a Secretaria de Saúde não tem conhecimento do número de exames que tem naquela gaveta, se a secretaria tem recursos por que não contratar uma terceirizada para fazer esse raio X, se órgão da saúde que está hoje faz esse exame não tem capacidade, ou será que é a gestão da UBS ou a regulação que não estão fazendo o seu dever de casa. Com relação a este aporte financeiro, conhece o orçamento público e sabe que existe essa questão de um lugar colocar em outro para cobrir determinados furos, uma vez que há uma promessa de que não vai faltar recursos para a saúde isso o deixa mais tranquilo. A senhora Claudenete (Consaslon) diz que a UBS João Paz está com quase 20 mil pacientes, o médico atende 16 consultas por dia, então dá para imaginar quanto tempo demora uma consulta no posto, outro ponto, o CLS foi renovado e faz dois meses que estão tentando uma agenda com o secretário de Saúde e não conseguem, pois estão precisando de seis equipes de médico de família, pois tem uma equipe de médico de família para vinte mil pacientes, tem que ser no mínimo seis equipes para atender, o secretário mandando três já está bom. Outra coisa é que o secretário Felipe prometeu a climatização do posto quando foi feita reforma, também o toldo na porta do posto onde fica todo mundo debaixo de chuva pra fazer coleta, até hoje nada disso foi feito, não tem climatização no posto, são cinco consultórios que estão sem climatização, médico passa mal, paciente passa mal. Outra coisa é que o consultório odontológico ficou uma beleza, mas só funciona de manhã porque não tem dentista para atender, não tem o que reclamar da reforma, mas não tem a pessoa pra trabalhar onde foi reformado. O secretário *Felipe Machado* diz que no tocante a fala e do seu *Ângelo*, vai pedir para a Rosilene e Dani ver porque não lhe responderam se o questionamento dele é do começo do ano. Em relação à questão dos exames, ela volta mais ou menos naquela situação que tinha dito anteriormente do raio X, é um exame que o SUS hoje paga em média R\$ 7,65 reais e ninguém quer fazer por esse preço, as clínicas que querem fazer por esse preço não querem emitir laudo, e o médico não aceita o exame sem laudo, então existe essa dificuldade, ainda assim, sabendo dessa insuficiência, a SMS foi atrás da iniciativa privada, tem um chamamento aberto da Secretaria de Saúde convocando todo mundo que é privado para oferecer este serviço, mas eles não vem, se o município começar a pagar o preço que a iniciativa privada paga, vai se criar um problema no mercado de saúde de Londrina. A Ana Paula estava com uma situação dessa com a cirurgia infantil pediátrica, foi ajuizada uma ação contra a Santa Casa exigindo que ela disponibilize cirurgião infantil pediátrico na porta, mas como ela vai conseguir isso, aumentando o valor, e eles já fizeram uma proposta que eles querem ganhar X mil reais por dia para estar de plantão, a Ana Paula até consegue fazer isso, mas o efeito disso é

cascata, pois o anesthesiologia vai vir atrás, a ortopedia vai vir atrás, a cirurgia geral vai vir atrás e aí Ana Paula não vai conseguir manter isso, alias nem um outro serviço de saúde conseguiria manter isso. Os Os filantrópicos tinham uma ressalva muito grande do CISMENAR quando este começou a praticar uma tabela diferenciada há alguns anos, isso em determinado momento trouxe uma falsa sensação de assistência e criou uma dificuldade muito grande em todo o serviço de saúde, em especial dos filantrópicos, então é um grande desafio, e se chegou a um ponto que que a ultra sonografia, que talvez seja o exame de imagem mais complexo que tem, o qual demanda um médico para realizar, a gestão tentou de todas as formas contratar e não conseguiu, então compraram o equipamento e colocaram na maternidade, tem um médico que tem a especialização e está fazendo para a SMS para que ela não fique totalmente sem oferta, a SMS alugou outro e colocou na Policlínica e tentou a contratação por hora médica, inicialmente tinham conseguido, mas o mercado de ultra sonografia não se modela por hora e sim por exame, então estão mudando essa forma de contratação para ver se é possível mudar isso. São situações que realmente tem fragilidades, mas não estão ligadas exclusivamente à falta de recurso. E relação ao João Paz, a SMS fez a climatização, no posto de saúde tem ar condicionado, a farmácia tem ar condicionado, a sala de vacina tem ar condicionado e a sala de GO tem ar condicionado, em todas as unidades reformadas foi contemplado ar condicionado, quando a gestão assumiu as unidades não tinham nem ventilador, foi construída a unidade básica de saúde do Fraternidade, ela tem ar condicionado em todos os ambientes, mas não prometeu isso no João Paz porque não prometeria se não pudesse cumprir em todas, jamais teria essa diferenciação, mas agora vai ser climatizado, pois está sendo comprado ar condicionado para climatizar completamente todas as unidades de saúde da cidade, então assume aqui este compromisso que já está em processo de compra, o PAI foi reformado e todo ele tem ar condicionado quente e frio, antes não tinha nem ventilador, a Maternidade foi reformada e toda dela tem ar condicionado quente e frio, o Leonor que foi ampliado também conta com climatização, então vai chegar em todas as unidades, muitas unidades não comportam ar condicionado por conta da rede elétrica, aí é um outro trabalho que vai ter de ser feito. Em relação ao dentista, realmente talvez seja a maior fragilidade, porque não houve concurso de dentista ao longo dos anos, este ano foi feito, mas a maioria são de 1995/96 e estão se aposentando em massa, no concurso foi ofertado 1 vaga, mas isso não quer dizer que vai contratar apenas , todo concurso quando abre tem a obrigatoriedade de contratar aquilo que está no edital, e ai tem de apontar o orçamento para comportar todas as despesas, mas a gestão não precisa contratar apenas um, mas todos os dentistas dentro do quadro de vacância, basta ter autorização interna, tem categoria do concurso feito em 2022 que foi contratado muito mais, então é só por isso que todos os cargos foram abertos com uma vaga, mas vai ser contratado muito mais que uma vaga. O conselheiro *Manoel Amaral* questiona se as cotas mensais de cirurgias realizadas pelos hospitais são impostas pela SMS ou pelo Ministério da Saúde. Outro ponto, porque a SMS não contrata médico fixo nas unidades, visto que a maioria é da saúde da família e deveria visitar os doentes em suas residências. O secretário *Felippe Machado* diz que investir 15% em saúde é o mínimo, mas Londrina investe 28%, ou seja, quase o dobro, se colocasse 15%, muito provavelmente a SMA não conseguiria fazer nada do que faz, talvez nem pagar a folha do funcionalismo, por outro lado, fica aqui um apelo aos conselheiros estaduais, pois o Estado coloca 12 % e às vezes nem isso, e orçamento do Estado é muito grande, é muito rico, o Estado tem ajudado bastante, mas se ele colocar 2% a mais no orçamento e chegar a 14%, isso teria uma muito grande e muito importante. E mais do que o Estado, que também desenvolve políticas públicas importantes, de custeio e de ajuda, à União, que quase não é cobrada, sendo que o teto de Londrina é da década de 90, não teve os reajustes, os recursos que

entraram foram através de novas habilitações, houve um reajuste de teto em 2018, o ministro Ricardo Barros de 1,3 milhão, quando a necessidade já era de quase 4 milhões, tem conseguido corrigir o problema do teto através de ação individualizada dos hospitais, a Santa Casa entrou com uma ação judicial contra o Ministério da Saúde e ganhou, conseguiu fazer a correção do teto por um período que daqui a pouco já vai se mostrar insuficiente, o Hospital do Câncer também conseguiu essa correção, o Hospital Evangélico está com uma liminar, ainda não tem a portaria corrigindo, mas está recebendo tudo o que está fazendo, então a questão da limitação de cirurgia, se é o Ministério ou se é os hospitais ou se é o gestor, na verdade não tem uma definição, o que se tem são recursos que vêm do Ministério da Saúde para custeio dessa assistência, dentro desse recurso, o município divide entre os hospitais e faz um cálculo financeiro de quantas cirurgias são possíveis atender, fora isso tem os mutirões. Hoje o município tem dinheiro para operar e não há hospitais que consigam operar. O Estado do Paraná é um exemplo disso, ele lançou o OPERA Paraná, está na fase 2, que paga 150% da tabela SUS para os hospitais operar, e não conseguem por essa dificuldade de logística, de leitos disponíveis, de retaguarda, então essa definição é uma série de fatores, então não tem um limitador físico, o limitador é financeiro, que faz uma conta física, mas quando é possível ampliar, ainda assim, se esbarra nessas dificuldades pontuais. O concurso que foi feito de médicos de família e está para ser homologado, foi justamente para isso, para contratar os médicos de família, substituir pela complementariedade e para as equipes voltarem a ser formadas com as suas atribuições mistas, com os médicos de família e os médicos normais do posto atendendo a demanda, mas nenhuma unidade deixou de ter médico que faz visita em casa. O conselheiro Laurito Porto, segmento usuários, bom, sempre quando se posicionou sobre a situação dessa surpresa, é pela questão da preocupação, sabe do esforço que a gestão sempre tem feito e o secretário sempre recebeu o conselho de portas abertas para discutir qualquer problema, tanto que se fosse o Felipe sentado lá novamente nos próximos quatro anos não teria dado tanta celeuma, mas a não sabe quem é que vem, aí fez uma conta de padeiro aqui, dos 300 milhões que tem hoje no orçamento da prefeitura, aí, na conta de padeiro, dá 9% de um bilhão para 300, conta de padeiro, então dos 30 cairia para praticamente quase 9. Hoje, a constitucionalidade diz que são 15% de obrigatoriedade, então, se fizer a conta de padeiro, teria essa queda, e se for pensar no debate a nível nacional da reforma tributária, as discussões, como foi o argumento que o prefeito utilizou para fazer o remanejamento, de que já aplica além do que é o mínimo constitucional, e como vem uma nova gestão, é que retirem, porque aquela situação que estão sempre conversando, antigamente a gestão tirava dinheiro de outras pastas para trazer para a saúde, agora descobriram que dá para tirar dinheiro da pasta da saúde e colocar em outras pastas, novamente fala então da questão da preocupação com essa situação, de usar argumento que já faz além do que a lei manda, fica uma disputa de peso e contrapeso, todo mundo aqui sabe das dificuldades do SUS, o problema é o seguinte: nessa disputa pelo orçamento, como vão se comportar, porque é uma disputa pelo orçamento, se usa outros artifícios na questão do recurso como as ações judiciais na questão dos prestadores para conseguir o extra-teto, se busca emendas parlamentares para poder colocar mais, só que está se perdendo a disputa aqui no município, então é a preocupação, é preciso fazer alguma coisa para garantir que o recurso continue, e se tem outra situação da política do município que precisa de mais recursos para as outras pastas, é um outro tema que precisa debatido que é mais amplo, esse que é o X da questão, o debate é esse, não é nada contra o pessoal do Marcelo e contra o Felipe, mas é a situação da conjuntura, é preciso garantir que tenha mais recurso, inclusive melhorar a articulação política para fazer o debate inclusive com os deputados e os senadores, porque assim, o prefeito, ele é de um partido político, debater a questão da participação no

orçamento que vem do governo federal. A conselheira *Rita de Cássia Lemos* diz que traz um relato dos médicos da UBS Padovani, na qual eu faço parte do conselho local, e em relação a essa questão de que a verba sobrou, por isso ela vai ser retirada da pasta da saúde, no começo do ano passado, falaram com o secretário e com o prefeito na pré-conferência, antes das conferências estadual e nacional, a respeito da UBS Padovani, que não precisava de uma reforma e sim de uma ampliação, e o secretário falou que ia pedir um estudo do terreno que tem na lateral da UBS Padovani, para ver se tinha condições de fazer essa ampliação, mas que era possível sim, porque verba para isso tinha, então essa verba em discussão poderia ter sido usada para isso, e não foi feito o estudo desse terreno, não foi lhes dado uma resposta, e agora a UBS do Parati está sendo reformada e a população está sendo atendida na UBS Padovani, e está um caos porque não tem administrativo na UBS Padovani, não tem psicólogo, tem mais ou menos de 7 mil jovens e adolescentes naquela região, todos aguardando para passar para o psicólogo porque precisam de um laudo, precisam de um diagnóstico, inclusive seu filho faz parte dessa demanda, esta há muito tempo tentando diagnosticar o seu filho com autismo, ele sofre com isso e a família sofre junto, e não está vendo muita empatia por parte da gestão em relação a isso, porque não sente a dor das pessoas, oi que as pessoas vivem a gestão sabe por números, então gostaria, através do relato dessa doutora, porque ontem eles estavam na câmara, e diga-se de passagem que a os conselheiros se sentiram coagidos e acuados ontem na CML, por serem cidadãos civis e não ter força armada, não tiveram voz, o Laurito pôde falar, **mas** não puderam usar os cartazes e foram até desrespeitados por alguns vereadores, se sentiram diminuídos, e acredita que não deixou a família para fazer parte do conselho, para estar nessa luta por uma população que sofre, por mães que precisam desse atendimento, para **chegar** ao ponto de estar lutando pelos direitos e a e ser desrespeitado do jeito que foi ontem na CML, isso é um absurdo, mas, trazendo as demandas da UBS Padovani, está faltando potinho para fazer exame de fezes, mas gostaria que houvesse uma atenção maior, porque se essa verba chegou a sobrar é porque tem coisa que poderia ter sido atendida e não foi, e não está falando só de cirurgia ou de atendimento, mas de coisas pequenas que estão faltando lá na ponta. O secretário *Felippe Machado* diz que o que Laurito fez uma reflexão importante e bastante relevante para todos, é preciso ater realmente a isso, acompanhar, monitorar, porque querendo ou não é um ano de eleição municipal, e o Conselho tem um papel fundamental em relação a acompanhar quem é que seja o prefeito, quem é que seja o secretário, quem é que seja a administração que vai assumir, olhar, analisar os planos de governo, as propostas, o perfil, e decidir o que é o melhor para a cidade e depois cobrar de quem ganhar a eleição, este Conselho sempre foi muito combativo, independente de quem era o prefeito, e pode falar isso com tranquilidade, pois acompanho esse conselho desde menininho, com quatro, cinco anos vinha com a sua mãe quando as reuniões eram na Vila da Saúde ainda, o Controle Social de Londrina sempre foi referência para todo o estado, e não tem dúvida que quem quer que seja o próximo prefeito, o próximo secretário, o conselho vai estar em cima, vai estar reivindicando, vai estar cobrando, vai estar ajudando a construir, então vale a reflexão do Laurito, que ontem teve um papel importante lá pelos usuários, fez o uso da palavra de forma muito técnica e muito clara. Em relação a fala da Rita, a CML é um poder independente, não tem relação com o Executivo, e essa coação não partiu da gestão do executivo, pois eram também convidados, e foi lá a pedido do líder do prefeito na Câmara, o Vereador Eduardo Tominaga, e tem a convicção de que coação não é a melhor alternativa em nenhuma situação, estão em 2024 e a democracia é cada vez mais atacada, então havia dois posicionamentos lá na casa que tinham que ser ouvidos e respeitados, e os vereadores fazer a votação de acordo com o que acham melhor, e se esse relato realmente aconteceu não é uma

coisa que concorda. Em relação a UBS Padovani, é uma das UBS que a gestão tem no planejamento fazer uma reforma, o estudo de ampliação, nem sempre a gestão consegue fazer o que as pessoas acham que tem que ser feito, e não que não seja legítimo, e vê isso internamente, se perguntar uma coisa internamente para a sua equipe, talvez surjam dez opiniões diferentes, e é muito difícil lidar com isso, porque é preciso escolher uma e talvez desagradar nove, enfim, mas está no radar a reforma, não sabe ainda se com ampliação, não que não precisa, mas tem recurso, hoje Londrina talvez seria interessante comparar com Curitiba, a capital hoje tem 108 unidades básicas de saúde para uma população de 2,600 milhões de habitantes, Londrina tem 54 para uma população de 600 mil, ou seja, proporcionalmente tem muito mais unidades básicas de saúde que Curitiba, e foi feita a inscrição no PAC para ampliação de serviços prevista para 2025 de mais duas unidades básicas de saúde, uma na região do Panissa e outra na região do Armindo Guazzi, a construção de um CAPS que tem um pleito do CMS, não sabe se unânime, para que seja na zona sul, e traz isso para discussão pensando em território, pensando em locomoção, pensando em centralização, não entende que a Zona Sul seja o melhor local para a construção de um CAPS, o CAPS AD era no Milton Gavete e a adesão era baixíssima, as pessoas não iam devido a dificuldade de locomoção, ele atendia uma parte da cidade, quando ele mudou para o centro da cidade aumentou a procura, aumentou o número de usuários e adesão ao tratamento, porque às vezes a pessoa até vai no primeiro tratamento, mas depois se vê que é longe ela não volta, então não sabe da onde saiu este pleito de CAPS na região sul. A presidente *Rosilene Machado* esclarece que foi votado no CMS uma resolução sobre isso, mas nada que impeça de fazer nova discussão. O secretário *Felippe Machado* diz que o terreno disponível para a construção do CAPS é do lado do Centro POP, que é onde seria anteriormente, mas também não é o melhor lugar, porque o Centro POP é do lado, tem a questão do acúmulo de morador de rua, então vai pedir ao Conselho que possa retomar essa discussão, longe de cercear o direito da indicação do Conselho na região sul, mas para trazer isso para uma reflexão, se vai ter adesão na região sul, que é uma região muito grande, talvez o terreno disponível seja muito afastado, é diferente da UPA que está sendo construída, que agora está sendo setorizada em todas as regiões da cidade, que foi um outro erro histórico da cidade, hoje a UPA do Jardim do Sol, o Leonor e a UPA Sabará estão muito próximas uma da outra, mas agora vão conseguir corrigir isso. Em relação a falta do potinho de exame de fezes, isso é inadmissível, novamente é evidente que não é por falta de recursos, talvez seja uma falta de olhar da gestão interna ali e está tentando descobrir o que é para corrigir. Outro ponto é que vai ser contratado do concurso, a psicologia não é uma especialidade de atenção básica por essência, os postos de saúde nunca tiveram psicólogo, entende a posição da conselheira e não vai discutir opinião aqui, aqui discute política pública de saúde, mas, volta a dizer, não vai discutir a opinião e acha válido pensar que todas as UBS's têm que ter um psicólogo, porque as unidades básicas de saúde na essência da saúde da família eram contempladas com pediatras e ginecologistas, porque eram especialidades básicas, assim como clínico geral, hoje não está sendo possível contratar pediatra, uma consulta com um pediatra hoje é R\$600 e tem fila de espera, os pediatras estão saindo da Unimed, saindo do hospitalar e atendendo porque são médicos que recebem e vivem da consulta para compor o salário, então é um ponto para se discutir, talvez regionalizar, pensar em ampliar, é inegável que tem de ampliar e avançar, e por isso que o CAPS, que é uma reivindicação do CMS é uma discussão antiga, tem buscado essa discussão matriciando e capacitando a atenção primária, pois sabe dessa insuficiência, não adianta falar que não vai mais para o CAPS se não passar pelo psicólogo do posto e não ter psicólogo no posto, não é uma conta que fecha, então é uma discussão que precisa talvez até fazer uma oficina junto com o conselho para discutir a saúde mental e seus gargalos, que sem sombra de dúvida é a rede que

precisa mais de um olhar. A conselheira Gislaíne Dias questiona se quando foi feito o contrato para a contratação dos terceirizados, havia uma necessidade, aí diante da fala do secretário sobre os dentistas e a necessidade de ampliar o atendimento, o secretário disse que no chamamento por questões técnicas, não entendeu direito, foi colocado uma vaga disponível. Entendo que não vai ter a necessidade desses valores e que vai ser remanejado, ele não poderia ser remanejado para continuar suprimindo essas vacâncias que não abriram no concurso e aumentar esse mínimo de vacâncias, continuando o contrato terceirizado. Gislaíne diz que quando foi feito o contrato de terceirizados, havia uma necessidade, porque viram que havia a necessidade de contratar o médico via terceirizado, agora abriu os concursos e o secretário falou da necessidade de dentista, médico de família, falou da contratação que vai ser feita pelo concurso e da vaga do dentista que fazia tempo que não tinha concurso e agora vai ter uma vaga só e não vai suprir a demanda, até porque alguns aposentaram, ele mesmo disse que a maioria está se aposentando, então será que não poderia continuar esses valores e continuar suprimindo essa necessidade que está na unidade básica de saúde por alguns desses profissionais, não poderia continuar sendo utilizado na saúde e para a contratação desses profissionais que estão faltando. O secretário Felipe Machado responde que o que vai ser feito cada vez mais é pegar essa caixinha que se tirou 1 milhão e 300 mil e colocar nessa outra caixinha, não se fazia antes porque não tinha concurso, mas agora tem, então a gestão vai fazer este movimento cada vez mais, conforme for chamando do concurso, fazendo esse movimento de tira do terceirizado e põe no concurso, há um ponto que vai fazer isso em determinadas situações que é uma ação administrativa, que o Conselho não fica sabendo, é simplesmente questão de orçamento de remanejamento, então essa caixinha é que se previu gastar, e previsão é baseado naquilo que tem dentro do orçamento, no começo de 2020 se previu que iria ser gasto X recursos, porque às vezes a prefeitura fala que tem superávit, é justamente por conta dessas situações, previu que ia gastar, teve alguma situação que não gastou, faz o estorno do orçamento e volta como superávit, então cada vez vai tirar esse dinheiro de um lugar e colocar em outro, vai tirar da caixinha que pode pagar terceirizado o orçamento, e não está falando de dinheiro, está falando de orçamento, e vai aumentar o orçamento de pagar servidor, aí eu vai ser chamado dentista do concurso, médico de família, psicólogo, o educador físico, etc. Rosilene Machado diz que o remanejamento é um orçamento, por exemplo, tem 100 mil reais e foi previsto que iria gastar 50 mil numa determinada despesa, mas está conseguindo fazer aquilo que queria, que era chamar os profissionais por concurso, e tinha garantido no concurso lá X valor, então o que está fazendo é trabalhando o orçamento, ou seja, permanece o mesmo valor só que está trocando de fonte, de local, é isso que está acontecendo, então aquela despesa que tinha no orçamento, porque eles olham o orçamento da prefeitura inteira, numa certa despesa, se viu que está investindo mais lá na outra do concurso do que aqui, e é esse remanejamento que eles fazem. Então é na peça orçamentária, é o que o secretário falou, não é financeiro, por enquanto, é uma peça orçamentária em cima do valor que está constituído lá no orçamento, mais ou menos nesse sentido. O secretário *Felipe Machado*, que quando assumiu havia Unidade Básica de Saúde que tinha médico uma ou duas vezes por semana, consulta com o clínico geral era dez, onze meses, hoje, todas as Unidades Básicas de Saúde têm médico durante seu horário de funcionamento, tem Unidade Básica de Saúde que tem seis, sete médicos. Felipe diz que o recurso que está indo para a guarda é um recurso livre, na segunda-feira falou para os conselheiros que a prefeitura contratou onze médicos antes de qualquer coisa, então antes de tirar a gestão colocou, antes de tirar um milhão e trezentos da caixinha do terceirizado a gestão colocou um milhão e quatrocentos na caixinha do servidor, antes de tirar um milhão e trezentos da caixinha do terceirizado, foi colocado um milhão e quatrocentos para pagar o

servidor, se não houvesse o projeto da guarda ia ter de pegar um milhão e trezentos de um local e colocar em outro internamente na secretaria, é o que iria ser feito, ia pegar um milhão e trezentos daqui colocar ali, como já foi feito antes, se até o fim do ano não acontecesse nada e fosse feito apenas o planejado, esse um milhão e trezentos que foi para a guarda iria sobrar, evidente que poderia usar em outra coisa coisa, mas se eu não fosse usar ele ia sobrar. A conselheira *Fansley Silva* diz que a engrenagem principal por não ser apenas o dinheiro, mas é uma das principais, é aquela que movimenta as outras, e aí fica muito difícil explicar para a população que está tirando da saúde enquanto tem gente na comunidade perdendo o dente porque não consegue fazer um canal, fica muito difícil dizer isso para a comunidade que representa, quando tem ali mulheres que não conseguem atendimento, por exemplo, está na fila na sua UBS esperando consulta com CG há mais de dois mese ,então, assim, como que sobra se tem tanta coisa para fazer, até entende que tem que cobrar recurso de outras instâncias, mas a seu ver seria justificar um erro com o outro tirar da saúde porque tem que cobrar do governo ou do Estado, isso é algo muito perigoso em um ano eleitoral, considerando que não se sabe qual vai ser a próxima gestão, é uma coisa que não tinha como acontecer agora e não faz o menor sentido. O conselheiro *Fernando Marcucci* diz que é preciso pensar o que se pode fazer com esse cenário existente, entende que é algo que veio de cima, o que preocupa mesmo é porque isso está sendo discutido apenas agora, já tinha passado a LDO aqui no CMS, depois foi aprovado um projeto de lei um regime de urgência para alterar a LDO e incluir isso, para discutir isso na véspera de um período pré-eleitoral, então só estão discutindo isso porque alguém vai aproveitar desse capital eleitoral, e preocupa eles olharem para a saúde e pensar que essa é uma boa ideia. Entende que a SMS é a menor dos responsáveis em relação a isso, o CMS tem de se posicionar de forma mais clara para que esse regime de votação de urgência e esses pensamentos em relação ao planejamento orçamentário da saúde não sejam pensados tão rapidamente e tão superficialmente, quando traz uma discussão e provavelmente amanhã vai ser aprovado na Câmara, é porque isso já está tudo acertado, ninguém tem dúvida disso, então como vão lidar com isso daqui para frente, então o CMS tem que se manifestar então a Câmara, em relação à LDO, se ainda é possível colocar ressalvas, pelo menos o posicionamento do Conselho Municipal de Saúde. O secretário Felipe Machado diz que o CMS tem toda a autonomia, prerrogativa e até a responsabilidade de fazer esse acompanhamento, de monitorar o orçamento, enfim, todas essas demandas, e trazer os anseios, os conselheiros estão na ponta lá e nas comunidades. E volta a dizer, talvez da forma mais clara possível o que a SMS em relação a esse projeto, não discutir as insuficiências e os avanços que têm que acontecer e todas as outras situações que permeiam a saúde, que foi contratar 11 médicos e pagar com um determinado recurso e liberar outro recurso, a obrigação é de contratação por concurso, e a SMS convocou 11 médicos aprovados em concurso com o custo de 1,4 milhão e com isso está retirando 1,3 milhão dos contratos terceirizados, isso foi feito em maio e o PL da GM foi para a Câmara agora em junho, quase julho, primeiro foi feito dever de casa para depois fazer esse remanejamento de orçamento. O conselheiro *Laurito Porto* diz que ficou espantado com a fala do Fernando, a LDO de 2024 já foi votada, a gestão, a qualquer momento, pode, de acordo com as suas necessidades, encaminhar o projeto de lei à CML solicitando alterações das caixinhas, a Comissão de Orçamento e Finanças debateu e não viu problema, esse projeto agora não tem cunho eleitoral, esse projeto com a proposta retirada chegou na segunda quinzena de junho, então o conselho agiu de forma tempestiva diante da retirada de recursos da saúde e não foi questão eleitoral, ninguém foi defender político, nenhum candidato a vereador, nem candidato a prefeito, que isso fique claro, os conselheiros foram lá em nome da saúde e também num debate de remanejamento de recursos até o final do ano, que não foi enviado para o CMS discutir, que também não teve

pedido da CML para parecer do CMS e também não veio nada para o conselho conversar sobre a situação dos impactos que isso poderia ter, eles têm uma visão da defesa lá do Executivo Municipal, mas não teve uma posição do controle social, então ninguém aqui está agindo fora do tempo ou querendo usar palanque do CMS, o conselho agiu no tempo e agiu de acordo, cobraram inclusive que tem que ser aberto um canal de diálogo, que o conselho tem que estar mais presente e que eles também têm que respeitar mais o CMS e mandar os encaminhamentos para cá. O conselheiro *Fernando Marcucci* diz que sua fala não foi neste sentido, obviamente, muito menos como conselheiros, o que disse foi justamente o contrário, que o CMS aprovar nesse período discutir isso de forma tão rapidamente, não deixou o conselho discutir e planejar e é algo que vai mexer com a saúde forma geral. O secretário Felipe Machado diz que em relação ao questionamento sobre a falta do pote de fezes, os estoques hoje são todos informatizados e as reposições elas se dão de acordo com a baixa, houve um problema na baixa na unidade, mas já está sendo feito a reposição destes insumos. O conselheiro *Edvaldo Viana* diz que como o secretário falou que dinheiro não é problema, propõe que seja montado um comitê para ter uma resposta dos prestadores porque eles não estão abrindo as portas dos hospitais para atender a grande fila existente, é primeiro ponto que quer entender, então é preciso formar uma comissão para conversar com os prestadores, se eles não estão atendendo porque não querem, se o pagamento não equivale, se é pouco, o conselho precisa entender isso, porque vai ser questionado enquanto conselheiro em sua comunidade que está deixando isso passar. Outra coisa que quer pedir ao Felipe é para que ele converse com o prefeito, que graças a Deus está em fim de mandato, e diga para ele que os conselheiros não estão aqui para ser para ser inimigos do prefeito, do secretário ou da Câmara de Vereadores, também não são contra a guarda municipal, muito pelo contrário que isso fique bem claro, que quando houver essas trapalhadas que o conselho seja comunicado, porque não estão aqui apenas para ficar aprovando prestação de conta, muitos conselheiros pensam que só servem para isso, é uma coisa muito difícil que demanda se debruçar e ficar cinco horas dentro de uma sala para quando chegar a reunião do pleno não serem respeitados, foram tratados como lixo ontem na Câmara de Vereadores, que fique registrado que a vereadora Mara Boca Aberta tirou sarro pelas suas costas e ficou o chamando de tonto e de trouxa, o vereador Santão quis calar a voz dos conselheiros diante da plenária, o papelão que ele fez querendo denegrir aos conselheiros na frente da guarda municipal, então deixa este pedido para o Felipe que tem mais acesso a CML, é para que respeitem mais o Conselho de Saúde, porque não estão aqui ganhando nada, estão aqui trabalhando de graça enquanto o vereador ganha 13, 14, 15 mil reais e o conselho tem de fazer o serviço deles. Viana pede a formação da comissão para tratar de diversos assuntos e um dos assuntos que propõe é saber porque os hospitais estão com as portas fechadas já que dinheiro não está faltando. O secretário Felipe Machado diz que o pode fazer uma moção sobre o modo que foram tratados na CMS, isso tem mais força do que o secretário ir lá falar com a CMS, mas pode falar com o presidente Emmanuel, mas talvez seja uma alternativa. A presidente *Rosilene Machado* diz que a proposta do Viana é uma comissão do Conselho para avaliação em relação aos prestadores na questão das cirurgias. Rosilene diz que na reunião de segunda-feira a executiva tirou duas propostas, ou uma nova comissão ou que a comissão do fundo acompanhe a LOA 2025, e a outra seria que a comissão de instrumentos de gestão acompanhe a programação anual de saúde de 2024 mais amiúde. O conselheiro Edvaldo Viana pede que o CMS tenha acesso à fila, tem filas de várias coisas e a comunidade liga para conselheiro porque está um ano, dois anos na fila, só que o conselho não tem acesso, então precisa de acesso a fila de todas as patologias, como que está a fila para o conselho saber e ter dados na mão para não sair falando besteira, nem contra nem a favor. O conselheiro Reilly Aranda diz que que é representante da

comissão de Acesso ao SUS e esse foi um dos pontos de pauta da última reunião da comissão, foram feitos vários levantamentos e vai convidar a doutora Andressa da DRAS para vir fazer uma apresentação. Na sequência o conselho aprova os seguintes encaminhamentos: 1. Moção de repúdio para a CML, 2. que a Comissão de Instrumentos de Gestão acompanhe a PAS 2024, 3. formação de uma comissão no CMS para avaliação com os prestadores, ficando definido os nomes dos conselheiros Laurito, Viana, Rita, Gislaine, Adriane (usuários), Lázara, Diovania (trabalhador) , Rubia (prestadores) e gestão, 4. acompanhamento da LOA pela Comissão de Orçamento e Finanças. Não havendo mais assuntos a reunião é encerrada. Esta ata foi digitada pelo servidor Anderson Luiz Oliveira Silva, revisada pela secretária Sandra Bavia e será assinada após aprovação pela presidente do CMS.

1	Gestor	Titular	Secretaria Municipal de Saúde de Londrina	Rosilene Aparecida Machado	Presente
2	Gestor	Suplente	Secretaria Municipal de Saúde de Londrina	Carlos Felipe Marcondes Machado	Presente
3	Gestor	Titular	17ª Regional de Saúde	Maria Lúcia da Silva Lopes	Ausente
4	Gestor	Suplente	17ª Regional de Saúde	Joelma Aparecida de Souza Carvalho	Presente
5	Prestador	Titular	Hospital Evangélico de Londrina	Rúbia Isaltina Gomes de Souza dos Santos	Presente
6	Prestador	Suplente	Hoftalon - Centro de Estudos e Pesquisa da Visão	Nobuaqui Hasegawa	Ausente
7	Prestador	Titular	Hospital do Câncer de Londrina	Manoela Germinari Pessoa	Ausente
8	Prestador	Suplente	Hospital do Câncer de Londrina	Leidiane dos Santos Mian	Ausente
9	Prestador	Titular	Hospital Vida	Adelson Pereira dos Santos Júnior	Ausente com Justificativa
10	Prestador	Suplente	Irmandade Santa Casa de Londrina	Ana Paula Cantelmo Luz	Presente
11	Prestador	Titular	Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná	Rita de Cássia Domansky	Ausente com Justificativa
12	Prestador	Suplente	Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná	Vivian Biazon El Reda Feijó	Ausente com Justificativa
13	Prestador	Titular	Hospital da Zona Norte	Reilly Aranda Lopes	Presente
14	Prestador	Suplente	Hospital da Zona Sul	Geraldo Júnior Guilherme	Ausente com Justificativa

15	Trabalhador	Titular	Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Londrina	Pilar Nadir Alvarez Soldório	Ausente com Justificativa
16	Trabalhador	Suplente	Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Londrina	Marco Antônio Modesto	Ausente
17	Trabalhador	Titular	Sindprevs	Lincoln Ramos e Silva	Ausente com Justificativa
18	Trabalhador	Suplente	Sindprevs	Luis Alfredo Gonçalves	Ausente com Justificativa
19	Trabalhador	Titular	Sindsaúde	Alessandro Luís Rodrigues	Ausente
20	Trabalhador	Suplente	Sindsaúde	Silvana Edna Balduino	Ausente
21	Trabalhador	Titular	Conselho Regional de Fisioterapia	Fernando César Marcucci	Presente
22	Trabalhador	Suplente	Conselho Regional de Farmácia	Ester Massae Dalla Costa	Ausente com Justificativa
23	Trabalhador	Titular	Conselho Regional de Psicologia	Nadya Christiane Silveira Pellizari	Ausente com Justificativa
24	Trabalhador	Suplente	<i>Sem indicação</i>		
25	Trabalhador	Titular	CRESS	Cristiane de Godoy Zimmer	Ausente
26	Trabalhador	Suplente	CRESS	Diovania Garcia	Presente
27	Trabalhador	Titular	Conselho Regional de Educação Física	Geder Harami Harami	Ausente com Justificativa
28	Trabalhador	Suplente	Conselho Regional de Odontologia	Lázara Regina de Resende	Ausente
29	Usuário	Titular	CONLESTE	Edvaldo Viana	Presente
30	Usuário	Suplente	CONLESTE		
31	Usuário	Titular	FECAMPAR	Vaine Teresinha Pizolloto Marques	Ausente com Justificativa
32	Usuário	Suplente	FECAMPAR	Ana Paula Nunes Viotto	Presente
33	Usuário	Titular	Pastoral da Saúde	Cirlete Marcondes de Oliveira Pelegrinelli	Ausente com Justificativa
34	Usuário	Suplente	Pastoral da Saúde	Joselaine Aparecida Ozaki	Ausente
35	Usuário	Titular	AUETO	Fansley Cristina Silva	Presente
36	Usuário	Suplente	AUETO	Isabela Cunha	Ausente
37	Usuário	Titular	ASSEMPA	Rosalina Batista	Ausente com Justificativa

38	Usuário	Suplente	ASSEMPA	Luzia Cristina Sampaio	Ausente
39	Usuário	Titular	CONSASLON	Vavá	Ausente com Justificativa
40	Usuário	Suplente	CONSASLON	Adriane Aparecida Loper	Presente
41	Usuário	Titular	APP Sindicato	Luciana Toshie Sumiwaga	Ausente com Justificativa
42	Usuário	Suplente	APP Sindicato	Bruno César Garcia	Presente
43	Usuário	Titular	ASSUEL	Adriana Gonçalves de Oliveira	Ausente
44	Usuário	Suplente	ASSUEL	Alexandre Casanatto	Ausente
45	Usuário	Titular	Central Única dos Trabalhadores	Eunice Tieko Miyamoto	Presente
46	Usuário	Suplente	Central Única dos Trabalhadores	Carlos Choji Kotinda	Ausente com Justificativa
47	Usuário	Titular	SEEB	Laurito Porto de Lira Filho	Presente
48	Usuário	Suplente	SEEB	Regina Ferreira de Souza	Ausente
49	Usuário	Titular	SINDNAPI	Manoel Rodrigues do Amaral	Presente
50	Usuário	Suplente	SINDNAPI	José Barbosa	Ausente
51	Usuário	Titular	UNIMOL	Ângelo Barreiros	Presente
52	Usuário	Suplente	UNIMOL	Custódio Rodrigues do Amaral	Ausente
53	Usuário	Titular	AMICAS	Gislaine Dias Elias	Presente
54	Usuário	Suplente	AMICAS	Rita de Cássia Barbosa	Presente
55	Usuário	Titular	UGT	Jonathas Dias de Moura	Ausente
56	Usuário	Suplente	UGT	Sônia de OLiveira Silva	Presente

Ata aprovada na 359ª Reunião Ordinária do CMS em 17/07/2024.

Rosilene Aparecida Machado

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Londrina



Documento assinado eletronicamente por **Rosilene Aparecida Machado, Presidente do Conselho Municipal de Saúde**, em 19/07/2024, às 13:22, conforme horário oficial de Brasília, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 1.525 de 15/12/2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.londrina.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **13316461** e o código CRC **949FFF8B**.

Referência: Processo nº 60.020151/2024-55

SEI nº 13316461